

360

FEHOESP

EDIÇÃO 08 • ABRIL DE 2017

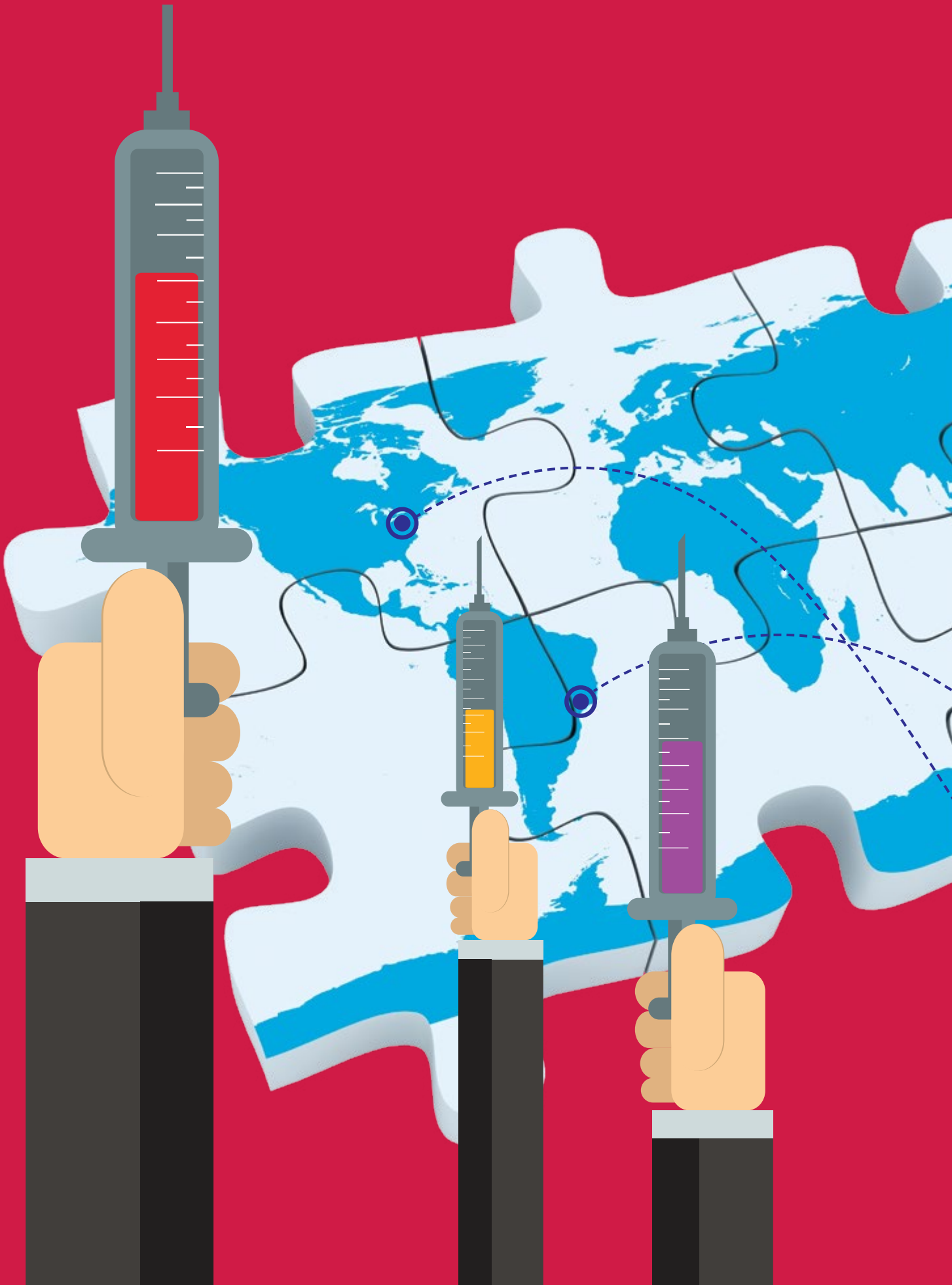
Waleska Santos e Monica Araujo
falam sobre o futuro da
saúde e da Hospitalar

Com novo formato, Congressos de
Gestão do IEPAS apostam em interação

A nova revolta da **vacina**

Imunização é questionada no exterior.
No Brasil, o foco é aumentar a cobertura





Antivacina: o medo vence a ciência?

Movimentos mundiais **questionam a necessidade de imunização**. O Brasil avança e discute a **expansão da vacinação**

●●● POR ELENI TRINDADE

São Paulo, 1945

O médico Francisco Borges Vieira, professor na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e chefe de Serviço do Instituto de Higiene de São Paulo, demonstrava toda a sua preocupação com doenças que alarmavam a sociedade da época, como diarreia e difteria, além do alto índice de mortalidade infantil e tuberculose. No boletim *Questões de Saúde e Assistência na Cidade e no Campo*, publicado logo após o término da Segunda Guerra Mundial, ele recomendava a obrigatoriedade de vacinação e ampliação de imunizações para a idade escolar.

Nova Iorque, 2017

Peter J. Hotez, pediatra e diretor do *Center for Vaccine Development* (Centro de Desenvolvimento de Vacinas), do *Texas Childrens Hospital*, manifesta sua apreensão com o aumento de casos de sarampo nos Estados Unidos e com os movimentos sociais contrários à vacinação, que influenciam uma parte considerável da opinião pública daquele país. Seus alertas foram publicados no artigo *“How de Anti-Vaxxers are Winning”* (“Como os antivacina estão vencendo”, em tradução livre) no jornal *The New York Times*, do dia 6 de fevereiro deste ano. No texto, o médico destaca que a saúde pública local corre riscos por não se levantar contra o que ele chama de “pseudociência e conspirações alardeadas por esses movimentos”.



Setenta e dois anos e um hemisfério separam as análises dos dois médicos, que são muito parecidas e mostram os constantes desafios da área de saúde. Enquanto um deles alerta sobre necessidades urgentes da saúde no Brasil pós-guerra, o outro mostra que em pleno século 21 uma nação rica precisa lidar com uma “revolta” contra as vacinas. Algo que já ocorreu no Brasil 113 anos atrás.

Se por aqui os movimentos contra vacinas estão nos livros de história, em outros países a recusa em se vacinar ainda é uma preocupante realidade. Em seu artigo no *The New York Times*, Peter J. Hotez afirma que o Estado do Texas, nos EUA, onde ele vive e trabalha, pode viver um surto de sarampo, já que 45 mil estudantes receberam isenções “não médicas” para deixar de tomar vacinas nas escolas. Segundo ele, um “comitê de ação política” seria o responsável por influenciar os pais nesse sentido. Hotez acrescenta que um terço dos alunos de escolas particulares não estão imunizados.

Essa desconfiança em relação à imunização também é frequente em outra região estratégica do planeta. Um estudo do *Vaccine Confidence Project* (Projeto sobre Confiança em Vacinas), publicado em 2016, mostrou que a Europa é a

região no mundo em que as pessoas são mais céticas quanto à eficácia das vacinas. Cerca de 66 mil pessoas de 67 países foram entrevistadas para falar suas opiniões se as vacinas são importantes, seguras, eficazes e compatíveis com suas crenças religiosas: sete entre dez países europeus apresentaram essa tendência de não acreditar nas vacinas.

De acordo com Emilie Karafillakis, pesquisadora bolsista do *Vaccine Confidence Project*, na *London School of Hygiene & Tropical Medicine*, movimentos antivacina podem ser encontrados em vários pontos do mundo, mas eles representam apenas uma pequena parte da população. Segundo ela, alguns desses movimentos são liderados por celebridades, mas, em alguns lugares, eles também podem ser propagados por médicos, homeopatas ou pais de família. “Na França, por exemplo, um médico conhecido por ser contra imunização criou uma petição contra a introdução da vacina do HPV”, explica Karafillakis.

Nunca é demais ressaltar que elas salvam milhares de vidas todos os anos. Segundo a Academia Americana de Pediatria, as vacinas são responsáveis pela erradicação da varíola no mundo, em 1977, e da poliomielite no Ocidente,

em 1991. É por meio delas que as mortes de 2,5 milhões de crianças podem ser prevenidas. De acordo com o pesquisador Guido Carlos Levi, autor do livro “Recusa de Vacinas, Causas e Consequências”, num prazo de dois séculos as vacinas foram responsáveis por um aumento de 30 anos na expectativa de vida das pessoas.

“O continente americano tem se demonstrado pioneiro nos programas públicos de vacinação e foi o primeiro a erradicar a poliomielite, a varíola, o sarampo e a rubéola. Não enxergar o seu benefício é um completo equívoco. Foram as vacinas que permitiram que as taxas de mortalidade fossem decrescendo e houvesse queda de mortalidade infantil”, salienta Renato Kfour, presidente do Departamento Científico de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Segundo Kfour, não querer se vacinar ou deixar de imunizar o filho é uma atitude individualista porque coloca em risco todos os que convivem com aquela pessoa. “Existem indivíduos que não podem se vacinar ou que não respondem adequadamente à vacina, como, por exemplo, crianças transplantadas, portadoras de HIV e pessoas em tratamento de quimioterapia. Mas elas não adoecem. Por quê? Porque a comunidade em torno delas está vacinada e o agente causador da doença não circula mais no ambiente”, explica.

Medos infundados

Muitas são as justificativas para se evitar a vacinação. Uma das mais conhecidas é de que as vacinas teriam mercúrio ou outros metais em sua composição e prejudicariam a saúde. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), algumas vacinas recebem o tiomersal, um composto orgânico que contém mercúrio e é adicionado como conservante dos imunizantes. “É o conservante mais utilizado para vacinas que são fornecidas em frascos multidose. Não existe evidência que sugira que a quantidade de tiomersal utilizada nas vacinas represente um risco para a saúde”, informa a entidade por meio de nota.

Outra ideia bastante propagada é a que relaciona as vacinas ao “desenvolvimento” do autismo. Essa associação da imunização com a síndrome que afeta a comunicação, a socialização e o comportamento das crianças começou com um artigo publicado em 1998 pelo médico inglês Andrew Wakefield e mais 12 coautores na revista *The Lancet*, a mais respeitada publicação médica britânica. Na pesquisa, que foi contestada tempos depois, o especialista em gastroenterologia pediátrica dizia que a vacina tríplice viral contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR na sigla em inglês) causaria autismo em crianças.

Cientistas passaram a questionar a forma com que o pesquisador obteve os fragmentos de sangue a serem analisados e falhas técnicas foram apontadas, como a baixa quantidade de amostras. Em 2010, a *The Lancet* se retratou publicamente, declarando que a pesquisa não deveria



Divulgação

Emilie Karafillakis, pesquisadora do Vaccine Confidence Project, na London School

ter sido publicada e apagou o artigo do seu arquivo de publicações. Depois da divulgação do estudo, muitos pais deixaram de vacinar seus filhos, levando ao reaparecimento do sarampo no Reino Unido. Em maio de 2010, o Conselho Médico Geral do Reino Unido cassou a licença profissional de Wakefield e ele não pode mais exercer a profissão em solo inglês. Atualmente, ele reside nos Estados Unidos, onde continua com suas pesquisas.

Se um grande número de indivíduos começar a recusar a vacinação, pode ser observada uma queda na cobertura, levando à reintrodução de doenças preveníveis por vacinação, explica Emílie Karafillakis. “Isso pode levar a surtos de doenças importantes, como o de sarampo que aconteceu em 2015 em crianças não vacinadas nos Estados Unidos. No mesmo ano, na Espanha, uma criança que não foi vacinada morreu de difteria, uma doença que normalmente pode ser prevenida pela vacinação”, destaca.

Por isso, os médicos devem recomendar a vacinação para a proteção de toda a coletividade. “O Brasil, como país, pode sofrer sanções de órgãos internacionais se não seguir as diretrizes da OMS para essa questão”, explica Iracema Benevides, presidente da Associação Brasileira de Medicina Antroposófica (ABMA), um sistema médico terapêutico integrativo que tem como foco uma abordagem centrada no paciente. Em alguns momentos, a medicina antroposófica chegou a ser apontada como uma das correntes contrárias à vacinação, mas, segundo Benevides, a acusação não tem fundamento. “Pode ter havido uma postura individual de alguns médicos nesse sentido, mas não é a posição da associação. Pelo contrário: nós recomendamos que os calendários e as orientações sobre vacinas sejam seguidos normalmente, pois compreendemos que elas são preventivas para o indivíduo para que ele não se torne um foco que dissemine uma epidemia”, explica.

Mobilização americana

Nos Estados Unidos, o tema vem mobilizando especialistas e médicos porque foi alvo de polêmica do atual presidente republicano Donald Trump. Além de tratar da questão nas redes sociais durante a campanha eleitoral, Trump se reuniu no início de fevereiro com Robert F. Kennedy Jr, um políti-

Iracema Benevides,
presidente da ABMA



Divulgação



co descendente de uma das famílias americanas mais notórias do mundo, que é conhecido como um dos mais ferrenhos ativistas antivacinas. Há, inclusive, especulações de que Kennedy Jr pode vir a liderar um importante comitê governamental sobre programas de imunização.

Diante dessa perspectiva de abalo nas políticas nacionais de vacinação, a Academia Americana de Pediatria enviou uma carta a Trump enfatizando que as vacinas são seguras e que o país deve trabalhar para aumentar a cobertura vacinal. O documento, com data de 7 de fevereiro de 2017, é ratificado por mais de 200 entidades que defendem a pesquisa, a família e a infância e traz a seguinte mensagem: “Vacinas são seguras. Vacinas são eficazes. Vacinas salvam vidas”. Na conclusão, as organizações que assinam a carta pedem um encontro com o presidente americano para compartilhar com ele as “robustas e extensas evidências científicas nas quais a segurança e a efetividade das vacinas estão apoiadas”, além de anexar vários estudos com explicações mais detalhadas do que elas defendem.

Mesmo com essa medida mais urgente, a classe médica americana já está tão habituada com a recusa em vacinas que o site da Academia Americana de Pediatria tem uma seção especialmente dedicada a orientar os médicos em caso de recusa de vacinação, com orientações, artigos

e termos de responsabilidade que precisam ser preenchidos quando o profissional não consegue convencer os pais a imunizar seus filhos.

No Brasil, o desafio é constante

Se nos Estados Unidos e na Europa as autoridades médicas precisam ficar em alerta para comprovar a eficácia das vacinas e combater os movimentos anti-imunização, no Brasil o problema não chega a ser reconhecido pelas autoridades oficiais. De acordo com especialistas ouvidos pela **Revista FEHOESP 360**, esses movimentos, de fato, não chegam a ter representatividade no país. “O Brasil não tem cultura antivacina. É claro que sempre há pessoas que por resoluções pessoais não se imunizam, mas não existe um movimento de volume, como no caso dos Estados Unidos e da Europa”, explica Isabella Ballalai, presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm). “O que ainda se observa por aqui é que há menos coberturas entre jovens, adolescentes e idosos, daí a necessidade de manter a população bem informada e esclarecida sobre a necessidade de se imunizar. É um trabalho que não tem fim”, ressalta.

O ponto levantado por Ballalai é justamente um dos grandes desafios do Brasil hoje: aumentar as coberturas vacinais entre diferentes faixas etá-



Divulgação

Isabella Ballalai,
presidente da SBIIm



rias. De acordo com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, há projetos em andamento para que o controle das vacinas fique mais eficiente por meio do prontuário eletrônico. “O mais recente Inquérito de Cobertura Vacinal mostra que 95% das mães brasileiras estão com a carteira de vacinação de suas crianças em dia, mas a adesão vai diminuindo gradualmente na juventude e na idade adulta. A proposta é conscientizar para que a pessoa guarde a caderneta e siga o programa em todas as fases da vida, e não somente na infância. O prontuário eletrônico facilitará o controle e o registro das vacinas para os adultos”, afirmou ele durante coletiva de imprensa, ocorrida em março, para o lançamento da atualização do calendário de vacinação.

O problema também é notado na época de vacinação contra a gripe (vírus influenza). Embora o ministério não comente e não forneça dados oficiais sobre cumprimento de metas de vacinação, algumas campanhas, nos últimos anos, precisaram ser prorrogadas para atingir a meta de cobertura e garantir maior proteção da população. Foi o caso da campanha de 2015. Na ocasião, a data-limite era 22 de maio e foi prorrogada para 5 de junho. Até então, tinham sido vacinados 23 milhões de brasileiros, o que representava 46,2% do público-alvo, quando a meta inicial era a de vacinar 80% das pessoas consideradas com mais risco de ter complicações causadas pela doença. No ano anterior, o governo já havia detectado o problema em escala menor: até o dia 8 de maio de 2014, tinham sido vacinadas 21,3 milhões de indivíduos,

o que representava 53,6% da meta estabelecida de 80% do grupo prioritário imunizado.

Ainda há muitos adultos que evitam imunização por acreditar que podem contrair a doença. Mas esse medo não tem fundamento, de acordo com o infectologista e secretário estadual de Saúde de São Paulo, David Uip. “A vacina da gripe deve ser anual para todas as faixas etárias, mas fundamentalmente para os grupos de risco de desenvolver a doença”, esclarece. Sobre o receio de ficar doente após se vacinar, ele é enfático. “Esse é um dos maiores estigmas da vacina, mas não procede porque ela é originária do vírus morto e não atenuado. O que pode ocorrer são eventuais efeitos colaterais. Mas ela não causa a gripe. Esse pensamento de que vai pegar gripe se tomar a vacina é absolutamente incorreto.”

Outras ações também estão em andamento para garantir a atual cobertura vacinal e até mesmo ampliá-la. O ministro da Saúde Ricardo Barros informa que está sendo acordada uma parceria entre os ministérios da Saúde e da Educação. “Com o programa Saúde na Escola, a meta é levar mais informações sobre saúde e imunização para os jovens no ambiente escolar.” Para Barros, uma ação que já existe e precisa ser reforçada é a conscientização da população pela divulgação da própria imprensa, que complementa as campanhas governamentais, de ações preventivas de secretarias municipais e estaduais de Saúde e por meio de seminários e cursos de capacitação, que são realizados para informar pequenos grupos e localidades que deixam de se vacinar.

113 anos atrás: *A Revolta da Vacina*

Hoje em dia, ir a uma clínica ou a um posto de saúde e ser imunizado é um fato corriqueiro para os brasileiros. Há 113 anos, no entanto, isso não era comum porque havia muito desconhecimento.

Desde 1837, o Brasil havia declarado obrigatória a vacinação contra varíola para crianças. Em 1846, a norma se estendeu aos adultos. Mas a determinação não era cumprida porque, entre outros motivos, as vacinas não eram feitas em escala industrial, o que só passou a ocorrer em 1884. “A sociedade carioca e a imprensa não aceitavam ser obrigados a tomar vacina, tinham medo do

desconhecido”, conta Yussif Ali Mere Jr, presidente da FEHOESP. A vacina, na época, consistia no líquido de pústulas de vacas doentes. A ideia de receber esse líquido nas veias soava esquisita para o povo e ainda corria o boato de que quem fosse imunizado ficaria com feições de boi.

“Em 1902, quando se elegeu presidente da República, Rodrigues Alves buscava nomes para o cargo de chefe da Saúde (equivalente a ministro), para fundar o instituto soroterápico e dar uma solução para a epidemia no Rio de Janeiro. Em busca de um nome de peso, procurou referências no renomado Instituto Pasteur, da França. Chegando lá, ouviu dos cientistas franceses que ele já tinha um nome no Brasil: Oswaldo Gonçalves Cruz”, explica Ali Mere.

Como os casos da doença só aumentavam, foi aprovado um projeto no Congresso Nacional, em 31 de outubro de 1904, para reinstaurar a obrigatoriedade de vacinação. “Oswaldo Cruz teve total autonomia para agir em busca de melhorias na saúde”, relata o presidente da Federação.

Mas a imunização em massa e obrigatória deu início a vários protestos, que culminaram no movimento intitulado Revolta da Vacina. As manifestações começaram aos poucos até que, no dia 13 de novembro daquele ano, explodiram no Rio de Janeiro. As ruas da então capital federal se transformaram num campo de batalha e a confusão em torno da vacina também foi usada por movimentos políticos que queriam a saída do presidente Rodrigues Alves.

Cerca de 2 mil pessoas se envolveram no levante, mas foram reprimidas pelo Exército. O presidente desistiu da vacinação obrigatória após 945 prisões, 110 feridos e 30 mortos num período de duas semanas, de acordo com a Fundação Oswaldo Cruz. Mesmo após a revolta, o ministro não perdeu o cargo. Em 1908, o Rio de Janeiro foi atingido pela mais forte epidemia de varíola da história e a população foi espontaneamente se vacinar.

